

# MORALIDADE ADMINISTRATIVA

## Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 04/2021 - Agosto/2021



# ÍNDICE

06

**Boletim Informativo - CAOPAM**

07

**Notícias do MPBA - MP debate a precarização de vínculos no serviço público**

08

**Notícias do MPBA - Heliete Viana é empossada procuradora de Justiça**

08

**Notícias do MPBA - Atuação preventiva e tutela do patrimônio público são temas de curso do MP**

09

**Notícias do MPBA - Falta de pagamento de salários de servidores motiva MP a acionar Município de Itagimirim**

09

**Notícias do MPBA - Servidores do Município de Itagimirim vão receber salários que estavam atrasados**

09

**Notícias do MPBA - MP aciona Município de Porto Seguro para impedir adoção e distribuição de 'Kit Covid'**

10

**Notícias do MPBA - Município de Porto Seguro é obrigado a nomear aprovados em concurso público**

10

**Notícias do MPBA - Município de Caetanos firma acordo com MP para realização de concurso público**



# ÍNDICE

10

**Notícias do MPBA - Município de Mirante firma acordo para republicar edital de processo de seleção simplificada e realizar novo concurso público**

11

**Notícias do MPBA - MP recomenda que Capim Grosso regularize sua Guarda Municipal**

11

**Notícias do MPBA - MP recomenda a prefeito de Taperoá que exonere servidores nomeados irregularmente para a Guarda Municipal**

11

**Notícias do MPBA - Recomendação do MP combate promoções irregulares de servidores em Quixabeira**

12

**Notícias do MPBA - Três policiais civis de Camaçari são acionados por improbidade administrativa**

12

**Notícias do MPBA - Município de Vitória da Conquista terá que exonerar procuradores e assessores não concursados**

12

**Notícias do MPBA - Superintendente de Trânsito de Camaçari é acionado por improbidade administrativa**

13

**Notícias do MPBA - MP recomenda ao Município de Eunápolis anulação de permuta de área pública**

13

**Notícias do MPBA - Núcleo de Licitação de Eunápolis é recomendado a suspender licitação de manutenção de prédios públicos**



# ÍNDICE

13

**Notícias do MPBA - Município de Eunápolis é acionado por irregularidades em licitação**

14

**Notícias do MPBA - Município de Eunápolis é acionado para que suspenda as nomeações do subprocurador-geral e procurador adjunto**

14

**Notícias do MPBA - Prefeito de Canarana é acusado por prática de nepotismo**

14

**Notícias do MPBA - Prefeitura de Ilhéus é recomendada a anular ato de cessão de imóvel onde funcionaria CTA para o Sindrod**

15

**Notícias do MPBA - MP denuncia juiz, advogados e empresário envolvidos na “Operação Faroeste” por corrupção e lavagem de dinheiro**

15

**Notícias do MPBA - MP denuncia delegado e policiais civis envolvidos na Operação Casmurro**

15

**Notícias do MPBA - Operação “Fake Rent” cumpre mandados de prisão e busca e apreensão em quatros estados**

15

**Notícias do MPBA - “Operação Ethon” cumpre 61 mandados de busca e apreensão em seis estados e no Distrito Federal**

16

**Notícias do MPBA - Ex-vereador de Salvador é acionado pelo MP por prática de “rachadinha”**



# ÍNDICE

16

**Notícias do MPBA - MP recomenda a São José do Jacuípe respeito à identidade visual oficial**

16

**Notícias do MPBA - Município de Simões Filho se compromete a adequar Serviço e Informação ao Cidadão às normas legais**

17

**Notícias do STF**

18

**Notícias do STJ**

19

**Expediente**

Prezados colegas,

Apresento a quarta edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2021. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAOPAM

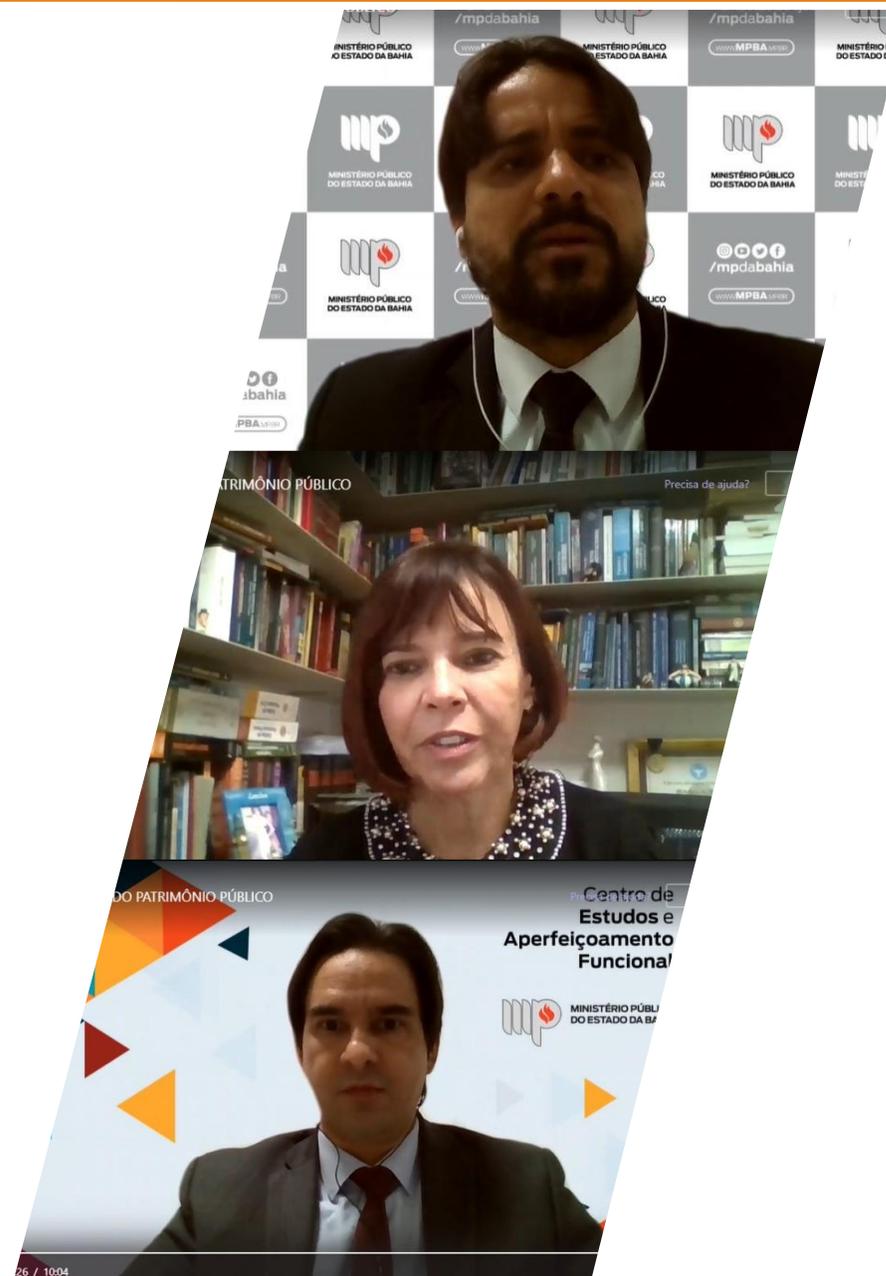


## MP debate a precarização de vínculos no serviço público

Limites e possibilidades da precarização de vínculos no serviço público foram debatidos na tarde de ontem, dia 30, durante as palestras de abertura do curso que discute a 'Atuação Preventiva e a Tutela do Patrimônio Público'. Palestrantes e mediadores destacaram a importância do estabelecimento do diálogo entre órgãos de controle e a administração pública para a obtenção de resultados efetivos. "Sem diálogo, não há como avançarmos na atuação", afirmou a promotora de Justiça Rita Tourinho. Com vasta experiência na área, ela acredita que o combate pontual de atuações irregulares não adianta, pois o caminho é pensar de forma macro para organizar a atuação e construir uma efetiva via de diálogo com a Administração Pública. Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), o promotor de Justiça Frank Ferrari reforçou a necessidade do diálogo e frisou que é preciso sair da lente pura e simples da ilicitude para tratar problemas estruturais e históricos com política pública de aperfeiçoamento da gestão pública, construída em conjunto com o gestor, "que deve ser parte da solução e não ser visto sempre como o problema".

Frank Ferrari explicou que o curso é realizado em razão da necessidade de se garantir mais efetividade à atuação do MP na proteção do patrimônio público de forma preventiva. [...]

[+ Veja mais](#)





## Heliete Viana é empossada procuradora de Justiça

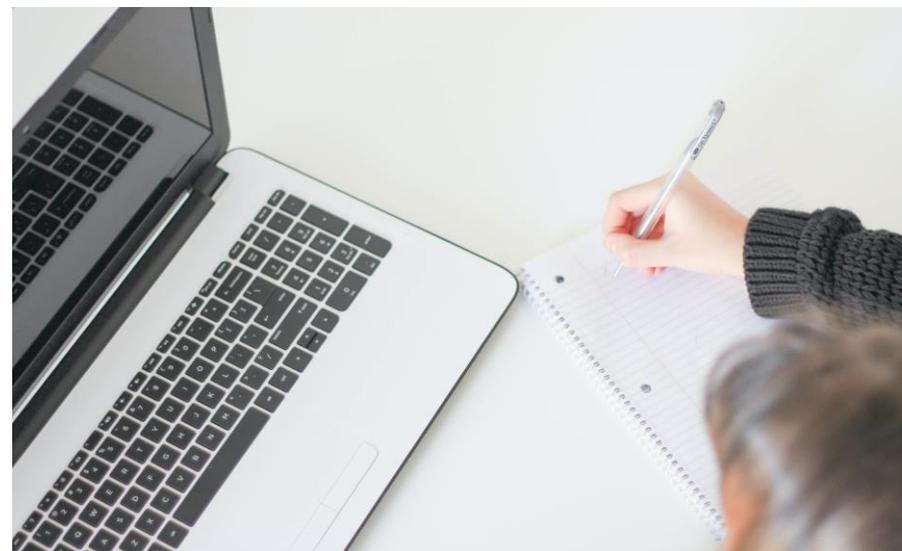
A promotora de Justiça Heliete Rodrigues Viana foi empossada hoje, dia 9, no cargo de procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça realizada na sede do MP no CAB, em modelo híbrido, com videoconferência e transmissão pelo canal do MP no Youtube. Ela recebeu a ordem do mérito do MP, com o respectivo diploma, das mãos dos seus pais, Hélio Rodrigues Viana e Jaete Viana da Silva. Heliete Viana foi promovida ao cargo pelo critério de antiguidade. [...]

[+ Confira](#)

## Atuação preventiva e tutela do patrimônio público são temas de curso do MP

Durante os dias 30 e 31 de agosto, prefeitos, procuradores municipais, controladores internos, membros, servidores e estagiários do Ministério Público estadual participarão do curso “Atuação Preventiva e A Tutela do Patrimônio Público. Realizado pelos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam) e de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), o curso será ministrado no formato de teletransmissão por meio da plataforma Teams. [...]

[+ Veja mais](#)





## Falta de pagamento de salários de servidores motiva MP a acionar Município de Itagimirim

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Dinalmari Mendonça, ajuizou ação civil pública contra o Município de Itagimirim em razão de falta de pagamento do salário dos servidores referente ao mês de dezembro e o 13º salário de 2020. Na ação, o MP requer, em caráter liminar, que a Justiça [...]

[+ Continue lendo](#)

## Servidores do Município de Itagimirim vão receber salários que estavam atrasados

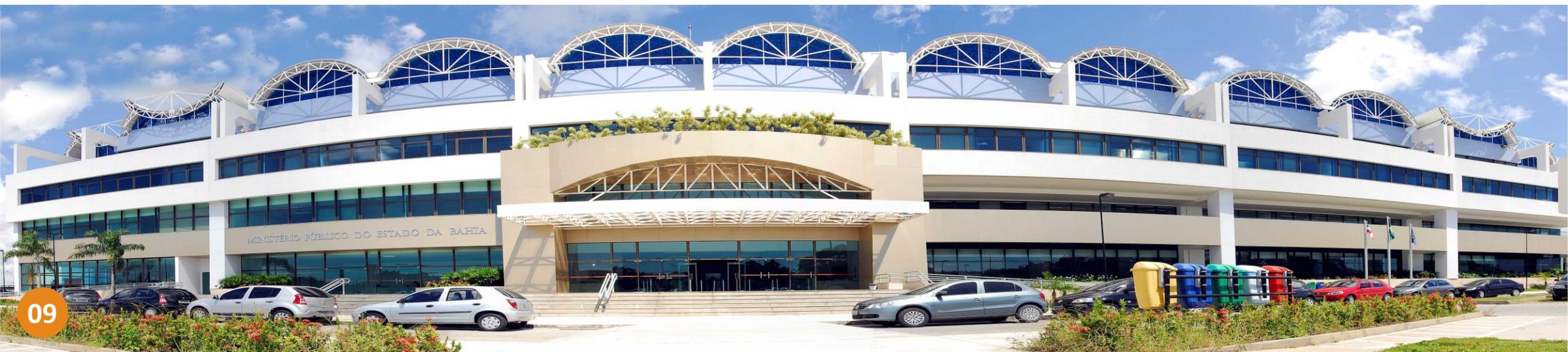
O Município de Itagimirim se comprometeu com o Ministério Público estadual a pagar os salários em atraso dos servidores de Itagimirim referente ao ano de 2020, incluindo o 13º salário. O Termo de Ajustamento de Conduta firmado no dia 30 de julho junto ao promotor de Justiça Dinalmari Mendonça Messias foi homologado [...]

[+ Confira](#)

## MP aciona Município de Porto Seguro para impedir adoção e distribuição de 'Kit Covid'

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Lair Faria Azevedo, acionou o Município de Porto Seguro para que a Justiça impeça a adoção e distribuição do protocolo precoce de combate ao Covid 19 na cidade. Na ação, o MP requer, em caráter de urgência, que o Município se abstenha de [...]

[+ Prossiga](#)





## Município de Porto Seguro é obrigado a nomear aprovados em concurso público

O Município de Porto Seguro foi obrigado a nomear e efetivar candidatos aprovados no concurso público nº 001/2019, que estavam sendo preteridos por contratos temporários firmados ou prorrogados para o mesmo cargo/função. A determinação é da juíza Nemora de Lima Janssen, que atendeu pedidos apresentados em ação civil pública movida pela promotora de Justiça Lair Faria Azevedo. [...]

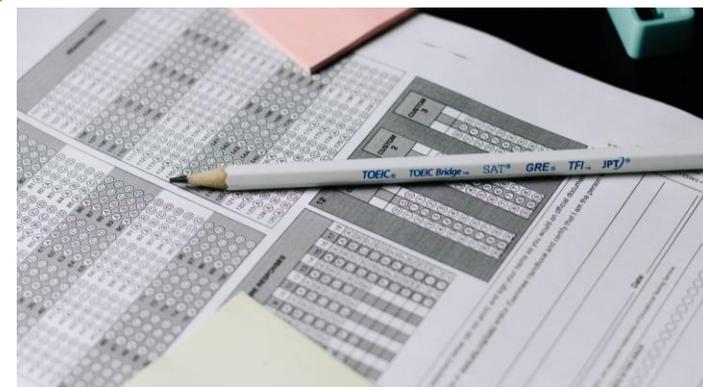
[+ Leia mais](#)



## Município de Caetanos firma acordo com MP para realização de concurso público

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite, firmou Termo de Ajustamento de Conduta (Tac) com o Município de Caetanos para realização de concurso público de provas e títulos. O resultado do concurso deve ser homologado até o dia 30 de agosto de 2022. Segundo o promotor de Justiça, o último concurso realizado pelo município de Caetanos foi em 2010. “Embora o Município possua apenas 158 servidores concursados, atualmente os recursos humanos admitidos de forma precária equivalem a quase três vezes mais a força efetiva, sendo 214 contratados e 226 agentes terceirizados, inclusive em funções vedadas à execução indireta”, destacou. De acordo com o TAC, o Município deverá publicar amplamente o edital até o dia 28 de fevereiro de 2022, e irá substituir [...]

[+ Continue lendo](#)



## Município de Mirante firma acordo para republicar edital de processo de seleção simplificada e realizar novo concurso público

O Município de Mirante firmou Termo de Ajustamento de Conduta (Tac) com o Ministério Público estadual e irá ajustar e republicar o edital do processo de seleção simplificada até o dia 30 de setembro deste ano. Segundo o promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite, autor do Tac, no dia 14 de julho, o Município de Mirante publicou o edital de processo seletivo 01/2021 para contratação de profissionais de diversas áreas de [...]

[+ Confira](#)



## MP recomenda que Capim Grosso regularize sua Guarda Municipal

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Rafael Macedo Coelho Luz Rocha, recomendou ao prefeito do Município de Capim Grosso que regularize o provimento dos cargos de comandante e subcomandante da sua Guarda Municipal, que devem ser preenchidos somente com servidores concursados na carreira. O promotor recomendou ainda que sejam exonerados os atuais ocupantes de comando e subcomando [...]

[+ Veja mais](#)

## MP recomenda a prefeito de Taperoá que exonere servidores nomeados irregularmente para a Guarda Municipal

O Ministério Público estadual recomendou ao prefeito de Taperoá que exonere servidores públicos nomeados irregularmente para o cargo de Guarda Municipal. Segundo a promotora de Justiça Lívia Luz Farias, o Município nomeou para esse cargo dois servidores concursados originalmente para os cargos de porteiro e agente de serviços gerais, o que é inconstitucional. Ela orienta ao prefeito que reconduza José Balbino Santos da Silva e Ademilson Assunção Nascimento aos cargos para os quais foram concursados. Na recomendação, a promotora de Justiça destaca que o cargo de guarda municipal deve ser preenchido em caráter efetivo com servidores devidamente concursados especificamente [...]

[+ Prossiga](#)



## Recomendação do MP combate promoções irregulares de servidores em Quixabeira

O Ministério Público estadual recomendou ao Município de Quixabeira que se abstenha de realizar “enquadramentos funcionais” que impliquem em modificação do cargo originário para ingresso em outra carreira. Segundo o promotor de Justiça Rafael Macedo, foram constatadas promoções funcionais irregulares no Município, que concedeu o “enquadramento” de profissionais para cargos distintos [...]

[+ Confira](#)



## Três policiais civis de Camaçari são acionados por improbidade administrativa

Três policiais civis lotados na Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos do Município de Camaçari foram acionados pelo Ministério Público estadual por ato de improbidade. Ajuizada no dia 10 pelo promotor de Justiça Everardo Yunes, a ação pede que a Justiça determine a perda da função pública dos policiais, que suspenda seus direitos políticos de três a cinco anos, estabeleça o pagamento de multa e os proíba de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios pelo prazo de três anos. A ação relata que no dia 5 de agosto de 2011, por volta das 19h, quando estavam em diligência buscando capturar os suspeitos de um roubo [...]

[+ Continue lendo](#)



## Município de Vitória da Conquista terá que exonerar procuradores e assessores não concursados

O Município de Vitória da Conquista tem três meses para exonerar os 15 procuradores e quatro assessores jurídicos comissionados atualmente em atuação no município e organizar a Procuradoria Geral do Município (PGM) apenas com servidores concursados. A decisão, da qual não cabe recurso, é do Tribunal de Justiça da Bahia, que acatou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade do Ministério Público estadual, proposta pelo promotor de Justiça Paulo Modesto. [...]

[+ Confira](#)

## Superintendente de Trânsito de Camaçari é acionado por improbidade administrativa

O superintendente de Trânsito de Camaçari, Alfredo Braga de Castro, foi acionado pelo Ministério Público estadual por ato de improbidade administrativa. Ajuizada pelo promotor de Justiça Everardo Yunes, no dia 6, a ação pede que a Justiça determine a perda da função pública do superintendente, que suspenda seus direitos políticos de três a cinco anos, estabeleça o pagamento de multa e os proíba de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios pelo prazo de três anos. A ação dá conta de que, em 2020, o superintendente teria liberado e devolvido ilegalmente ao proprietário um veículo apreendido, sem o pagamento das multas, do licenciamento [...]

[+ Leia mais](#)



## MP recomenda ao Município de Eunápolis anulação de permuta de área pública

O Ministério Público estadual recomendou, nesta sexta-feira, 9, que o município de Eunápolis anule uma permuta de área pública, efetuada em 2016, que cedeu um loteamento do bairro Jardim América em troca de uma área particular do bairro Moisés Reis. Autor da recomendação, o promotor de Justiça Dinalmari Mendonça, considera que para transferir o domínio de qualquer imóvel [...]

[+ Prossiga](#)

## Núcleo de Licitação de Eunápolis é recomendado a suspender licitação de manutenção de prédios públicos

O Núcleo de Licitações de Eunápolis foi recomendado pelo Ministério Público estadual a suspender a concorrência número 04 de 2021 até que a Prefeitura do município resolva modificar os subitens que exigem prestação de serviços de manutenção em edifícios com área superior a 2.000 m<sup>2</sup> e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão em edifícios com área igual ou superior a 2.000 m<sup>2</sup>. A recomendação, expedida no dia 17 pelo promotor de Justiça Dinalmari Mendonça Messias, levou em consideração que esses subitens exigem serviço anterior em edifício com área [...]

[+ Veja mais](#)

## Município de Eunápolis é acionado por irregularidades em licitação

Irregularidades identificadas no processo de licitação realizado em Eunápolis para contratação de empresa especializada para locação de máquinas e equipamentos, implementos e veículos de construção civil pesada que seriam utilizados em serviços de infraestrutura urbana levaram o Ministério Público estadual a acionar o Município e a empresa A G Serviços e Tecnologia Ltda. [...]

[+ Continue lendo](#)





## Município de Eunápolis é acionado para que suspenda as nomeações do subprocurador-geral e procurador adjunto

O Município de Eunápolis foi acionado pelo Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Dinalmari Mendonça Messias, para que seja obrigado pela Justiça a suspender as nomeações dos cargos de subprocurador-geral e procurador adjunto do Município e também para que se abstenha de fazer novas nomeações para servidores nos mesmos cargos. Ajuizada pelo promotor de Justiça Dinalmari Mendonça Messias no dia 25, a ação pede ainda a declaração incidental da inconstitucionalidade [...]

[+ Leia mais](#)



## Prefeito de Canarana é acusado por prática de nepotismo

Contratações irregulares realizadas pelo Município de Canarana levaram o prefeito Ezenivaldo Alves Dourado à Justiça. Ele foi acionado pelo Ministério Público estadual por nepotismo após nomear para cargos comissionados a filha e alguns sobrinhos. Na ação, o promotor de Justiça José Carlos Rosa de Freitas solicita à Justiça concessão de medida liminar que determine a suspensão dos atos de nomeação e o afastamento imediato da filha do prefeito, Taysa Dourado, e dos sobrinhos Joseli Dourado, Danila Sá, James Dourado, Djanilson Dourado e Maicon Dourado. Segundo o promotor de Justiça, as nomeações, pelo prefeito, de pessoas com quem mantém estreito vínculo familiar é contrária [...]

[+ Confira](#)

## Prefeitura de Ilhéus é recomendada a anular ato de cessão de imóvel onde funcionaria CTA para o Sindrod

O prefeito de Ilhéus foi recomendado pelo Ministério Público estadual a anular o ato de cessão do imóvel que seria destinado ao funcionamento do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e do Programa de Atenção Integral às Pessoas com Anemia Falciforme (APEDFI) ao Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Ilhéus (Sindrod). A recomendação, expedida no dia 23 pelo promotor de Justiça Pedro Paulo de Paula Vilela Andrade, orienta ainda o gestor a, num prazo de 90 dias [...]

[+ Prossiga](#)





## MP denuncia juiz, advogados e empresário envolvidos na “Operação Faroeste” por corrupção e lavagem de dinheiro

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça e do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), denunciou hoje, dia 12, o juiz Sérgio Humberto, os advogados Júlio César e Vanderlei Chilante e o empresário [...]

[+ Continue lendo](#)

## MP denuncia delegado e policiais civis envolvidos na Operação Casmurro

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) e da 2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Seabra, ofereceu hoje, dia 21, denúncia contra os envolvidos na “Operação Casmurro”, que desarticulou organização criminosa estruturada [...]

[+ Veja mais](#)



## Operação “Fake Rent” cumpre mandados de prisão e busca e apreensão em quatros estados

Uma operação contra esquema criminoso com atuação dentro do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA), foi deflagrada nesta quinta-feira, dia 12, pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), em conjunto [...]

[+ Confira](#)

## “Operação Ethon” cumpre 61 mandados de busca e apreensão em seis estados e no Distrito Federal

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), do Ministério Público do Estado da Bahia, participa nesta terça-feira, dia 18, das ações desencadeadas pela “Operação Ethon”, que cumpre 61 mandados de busca e apreensão [...]

[+ Prossiga](#)



## Ex-vereador de Salvador é acionado pelo MP por prática de “rachadinha”

O ex-vereador de Salvador, Edivaldo Ribeiro e Silva, conhecido como “Val Malassombrado”, foi acionado pelo Ministério Público estadual por ato de improbidade pela prática conhecida como “rachadinha”, consistente na exigência de repasse de parte dos salários dos seus então assessores parlamentares, sob pena de exoneração daqueles que não o fizessem. [...]

[+ Veja mais](#)

## MP recomenda a São José do Jacuípe respeito à identidade visual oficial

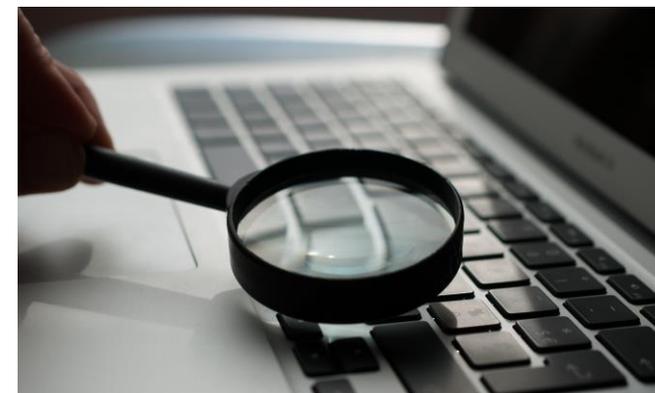
O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Rafael Macedo Coelho, recomendou a administração municipal de São José do Jacuípe que respeite o padrão de cores estabelecido na Lei Municipal nº 18/90 para os atos oficiais, pintura de prédios, ofícios e documentos. Também deverá observar o padrão de cores em plotagens de veículos, postagens em redes sociais, foto de perfil oficial, e layouts de qualquer documento, ofício e publicidades vinculados a São José do Jacuípe. Segundo o promotor de Justiça Rafael Macedo, o Prefeito teria efetuado a repadronização das cores que identificam o Município, deixando de adotar os tons branco, verde e azul, as mesmas utilizadas [...]

[+ Confira](#)

## Município de Simões Filho se compromete a adequar Serviço e Informação ao Cidadão às normas legais

O Município de Simões Filho se comprometeu com o Ministério Público estadual a adotar as providências necessárias à fiel observância da Lei de Acesso à Informação, assegurando que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), tanto presencial quanto digital, funcione de forma satisfatória, mantendo um fluxo eficaz de informações [...]

[+ Continue lendo](#)





## Remuneração de parlamentar por participação em sessões extraordinárias - ADPF 836/RR

**RESUMO:** É proibido o pagamento de vantagem pecuniária a deputados estaduais por convocação para sessão extraordinária.

Conforme disposto no § 2º do art. 27 da Constituição Federal (CF) (1), a vedação de pagamento de parcela indenizatória aos membros do Congresso Nacional por convocação extraordinária (CF, art. 57, § 7º) (2) estende-se aos deputados estaduais (3). [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1024/2021 - Brasília, 06 de agosto de 2021



## Controle de eficiência dos serviços públicos prestados pelo Poder Judiciário - ADI 1905/RS

**RESUMO:** É inadmissível a previsão de “controle de qualidade” — a cargo do Poder Executivo — de serviços públicos prestados por órgãos do Poder Judiciário.

A possibilidade de um órgão externo exercer atividade de fiscalização das atividades do Poder Judiciário, sob pena de sanções pecuniárias e controle orçamentário, ofende a independência [...]

[+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1025/2021 - Brasília, 20 de agosto de 2021





**Ação de improbidade administrativa. Indisponibilidade de bens. Inclusão do valor da multa civil no importe a ser bloqueado. Incidência nas ações ancoradas no art. 11 da Lei n. 8.429/1992. Possibilidade.**

**DESTAQUE: É possível a inclusão do valor de eventual multa civil na medida de indisponibilidade de bens decretada em ação de improbidade administrativa, inclusive nas demandas ajuizadas com esteio na prática de conduta prevista no art. 11 da Lei n. 8.429/1992, tipificador da ofensa [...]**

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0706/2021 - Brasília, 30 de agosto de 2021

**Empresa fornecedora de oxigênio. Covid-19. Situação pandêmica no Estado do Amazonas. Calamidade da saúde pública. Interesse da União. Competência da Justiça Federal.**

**DESTAQUE: Compete à Justiça Federal processar e julgar ação que tem como objetivo a obtenção de oxigênio destinado às unidades de saúde estaduais do Amazonas para o tratamento da excepcional situação pandêmica da Covid-19. [...]**

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0706/2021 - Brasília, 30 de agosto de 2021





## Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

## CAOPAM - Coordenador

Frank Monteiro Ferrari

## CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

## CAOPAM - Analistas Técnico-Jurídicas

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula



[caopam@mpba.mp.br](mailto:caopam@mpba.mp.br)

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM  
Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores  
Clique aqui